

Bases Conceituais da **Saúde 7**

Elisa Miranda Costa
(Organizadora)



Elisa Miranda Costa
(Organizadora)

Bases Conceituais da Saúde

7

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

B299 Bases conceituais da saúde 7 [recurso eletrônico] / Organizadora
Elisa Miranda Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.
– (Bases Conceituais da Saúde; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-138-1

DOI 10.22533/at.ed.381191502

1. Saúde – Brasil. 2. Saúde – Pesquisa. 3. Sistema Único de
Saúde. I. Costa, Elisa Miranda. II. Série.

CDD 362.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No cumprimento de suas atribuições de coordenação do Sistema Único de Saúde e de estabelecimento de políticas para garantir a integralidade na atenção à saúde, o Ministério da Saúde apresenta a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS (Sistema Único de Saúde), cuja implementação envolve justificativas de natureza política, técnica, econômica, social e cultural.

Ao atuar nos campos da prevenção de agravos e da promoção, manutenção e recuperação da saúde baseada em modelo de humanizada e centrada na integralidade do indivíduo, a PNPIC contribui para o fortalecimento dos princípios fundamentais do SUS. Nesse sentido, o desenvolvimento desta Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares deve ser entendido como mais um passo no processo de implantação do SUS.

A inserção das práticas integrativas e complementares, especialmente na Atenção Primária (APS), corrobora com um dos seus principais atributos, a Competência Cultural. Esse atributo consiste no reconhecimento das diferentes necessidades dos grupos populacionais, suas características étnicas, raciais e culturais, entendendo suas representações dos processos saúde-enfermidade.

Considerando a singularidade do indivíduo quanto aos processos de adoecimento e de saúde -, a PNPIC corrobora para a integralidade da atenção à saúde, princípio este que requer também a interação das ações e serviços existentes no SUS. Estudos têm demonstrado que tais abordagens ampliam a corresponsabilidade dos indivíduos pela saúde, contribuindo para o aumento do exercício da cidadania. Nesse volume serão apresentadas pesquisas quantitativas, qualitativas e revisões bibliográficas sobre essa temática.

Elisa Miranda Costa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE DO IMPACTO DO JEJUM SOBRE A OXIDAÇÃO DE LIPÍDIOS ASSOCIADO AO EXERCÍCIO AERÓBIO: UMA REVISÃO DA LITERATURA ATUAL	
<i>Pedro Crisóstomo Alves Freire Júnior</i> <i>Pollyanna Queiroz de Souza Freire</i> <i>Ana Paula Urbano Ferreira</i> <i>Pedro Augusto Mariz Dantas</i> <i>Eduardo Porto dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3811915021	
CAPÍTULO 2	9
ASSOCIAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE MASSA CORPORAL, PERCENTUAL DE GORDURA E HIPERCIFOSE TORÁCICA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
<i>Cristianne Morgado Montenegro</i> <i>Tatiana Affornali Tozo</i> <i>Beatriz Oliveira Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3811915022	
CAPÍTULO 3	21
ATIVIDADE FÍSICA NA TERCEIRA IDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO MAIS VIDA	
<i>Naerton José Xavier Isidoro</i> <i>Maria do Socorro Santos de Oliveira</i> <i>Cícero Joverlânio Sousa e Silva</i> <i>Jéssica Ramos Santana</i> <i>Maria de Fátima Oliveira Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3811915023	
CAPÍTULO 4	29
PERFIL DO ESTILO DE VIDA DOS DISCENTES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI DA CIDADE DE CRATO - CE	
<i>Maria de Fatima Oliveira Santos</i> <i>José André Matos Leal</i> <i>Jéssica Ramos Santana</i> <i>Naerton José Xavier Isidoro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3811915024	
CAPÍTULO 5	37
PREVALÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE INFANTIL EM ESTUDANTES DE CLASSES SOCIOECONÔMICAS A E B DE ESCOLAS PRIVADAS DE CAMPINA GRANDE - PB	
<i>Mirian Werba Saldanha</i> <i>Tatiana Shirley Félix da Conceição</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3811915025	
CAPÍTULO 6	53
RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA PSICOLOGIA	
<i>Natalya Lima de Vasconcelos</i> <i>Camila Batista Nóbrega Paiva</i> <i>Ericka Barros Fabião no Nascimento</i> <i>Mariana dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3811915026	

CAPÍTULO 7 57

SAÚDE, SOCIEDADE E CULTURA: UM RETRATO DA POPULAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DO COMBÚ
À ÓTICA DA TEORIA TRANSCULTURAL DE MADELEINE LEININGER

William Dias Borges
Erlon Gabriel Rego de Andrade
Rosinelle Janayna Coêlho Caldas
Silvia Tavares de Amorim
Antonio Breno Maia de Araújo
Camila Neves Lima
Natália Cristina Costa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.3811915027

CAPÍTULO 8 64

FISIOTERAPIA REDUZ DOR, AUMENTA FORÇA E MELHORA A QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTE
COM POLIARTRALGIA PÓS INFECÇÃO POR VÍRUS *CHIKUNGUNYA*

Abner Vinícius Rolim de Oliveira
Mylena Cristina Ever de Almeida
Izabela Cristina Nogueira Mesquita
Pamela Maria de Lima Tenório
Suellen Alessandra Soares de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.3811915028

CAPÍTULO 9 74

O USO DA OXIGENOTERAPIA EM UM PACIENTE COM DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA
CRÔNICA INSERIDO NO SERVIÇO DE OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR PROLONGADA

Anna Byatriz Tavares Souza Lopes
Rodrigo Santiago Barbosa Rocha
Larissa Salgado de Oliveira Rocha
George Alberto da Silva Dias
Luiz Euclides Coelho de Souza Filho

DOI 10.22533/at.ed.3811915029

CAPÍTULO 10 81

O IMPACTO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS VERSUS ASSISTÊNCIA HUMANIZADA NA UNIDADE
TERAPIA INTENSIVA

Mayra Salgado de Lucena
Naiara Fernanda Mélo D'Albuquerque

DOI 10.22533/at.ed.38119150210

CAPÍTULO 11 90

CAIXA DE AFECÇÕES COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA DIÁLOGOS ENTRE SISTEMAS
TERAPÊUTICOS

Elizabethe Cristina Fagundes de Souza
Ana Gretel Echazú Böschemeier

DOI 10.22533/at.ed.38119150211

CAPÍTULO 12 97

UM OLHAR SOBRE A POPULAÇÃO DE ORIGEM HAITIANA EM PATO BRANCO - PR

Carlos Frederico de Almeida Rodrigues

Andressa Dahmer Colbalchini

Caroline Solana de Oliveira

Isadora Cavenago Fillus

DOI 10.22533/at.ed.38119150212

CAPÍTULO 13 107

ALLIUM SATIVUM: UMA NOVA ABORDAGEM FRENTE A RESISTÊNCIA MICROBIANA: UMA REVISÃO

Aniele Larice de Medeiros Felix

Iara Luiza Medeiros

Francinalva Dantas de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.38119150213

CAPÍTULO 14 113

ELABORAÇÃO DE BULAS PARA PROMOÇÃO DO USO CORRETO E RACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS PELA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL – CEARÁ.

Bianca Frota Monte

Bruna Linhares Prado

Francisca Valéria Bezerra Sampaio Marques

Josiane Lima Mendes

Olindina Ferreira Melo

Wilcare de Medeiros Cordeiro Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.38119150214

CAPÍTULO 15 119

PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS POR COMUNIDADES INDÍGENAS BRASILEIRAS NO PERÍODO GRAVÍDICO-PUERPERAL

Anna Beatriz Artigues de Araujo Vieira

Jane Baptista Quitete

Rosana de Carvalho Castro

Sandra Maria do Amaral Chaves

DOI 10.22533/at.ed.38119150215

CAPÍTULO 16 126

MANIFESTAÇÕES ESTOMATOLÓGICAS EM PACIENTES PEDIÁTRICOS SUBMETIDOS A QUIMIOTERAPIA

Gustavo Dias Gomes da Silva

Julienne Dias Gomes da Silva

Priscyla Rocha de Brito Lira

Rosa Maria Mariz de Melo Sales Marmhoud Coury

DOI 10.22533/at.ed.38119150216

CAPÍTULO 17 132

PRÁTICAS PREVENTIVAS E PERCEPÇÃO DE VULNERABILIDADE AO HIV/AIDS DE ADULTOS JOVENS EM RELACIONAMENTO AFETIVO

Elis Amanda Atanázio Silva
Amanda Trajano Batista
Juliana Rodrigues de Albuquerque
Iria Raquel Borges Wiese
Lidianny do Nascimento Gonçalves Braga
Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli

DOI 10.22533/at.ed.38119150217

CAPÍTULO 18 144

EMPATIA E RELAÇÃO EMPÁTICA: COMPETÊNCIAS BÁSICAS PARA O AGIR ÉTICO EM PSICOLOGIA

Rosalice Lopes
Blanches de Paula

DOI 10.22533/at.ed.38119150218

CAPÍTULO 19 157

ESTUDO DA QUALIDADE DO SONO EM IDOSOS URBANOS

Maria do Carmo Eulálio
Edivan Gonçalves da Silva Júnior
Beatriz da Silveira Guimarães
Talita Alencar da Silveira

DOI 10.22533/at.ed.38119150219

CAPÍTULO 20 173

O PAPEL DA VINCULAÇÃO NO AJUSTAMENTO CONJUGAL EM MULHERES COM HPV

B. Daiana Santos,
Rosana Pimentel Correia Moysés
Emília Campos de Carvalho
Maria da Graça Pereira

DOI 10.22533/at.ed.38119150220

CAPÍTULO 21 184

REDUÇÃO DOS RISCOS E DANOS DO ABORTO PROVOCADO: PROFISSIONAIS DE SAÚDE E DIREITO EM CENA

Elis Amanda Atanázio Silva
Iria Raquel Borges Wiese
Amanda Trajano Batista
Juliana Rodrigues de Albuquerque
Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli

DOI 10.22533/at.ed.38119150221

CAPÍTULO 22 194

PRINCIPAIS ASPECTOS DA TROMBOSE VENOSA ASSOCIADA AO USO DE CONTRACEPTIVO ORAL: UMA REVISÃO NA LITERATURA

Thamara Rodrigues de Melo
Clarice Silva Sales
Jennyfer Lara de Medeiros Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.38119150222

CAPÍTULO 23 205

PROMOÇÃO DA SAÚDE VOCAL EM UM GRUPO DE MULHERES IDOSAS

Lavinia Mabel Viana Lopes
Tulia Fernanda Meira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.38119150223

CAPÍTULO 24 216

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MÃES QUE TIVERAM CRIANÇAS COM MICROCEFALIA POR ZIKA SOBRE A MATERNIDADE REAL

Michelle Araújo Moreira
Marcella Bonifácio Lelles Dias
Laíne de Souza Matos

DOI 10.22533/at.ed.38119150224

CAPÍTULO 25 232

RODA DE CONVERSA COM HOMENS SOBRE CÂNCER DE MAMA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Camila de Cássia da Silva de França
Paula Regina Ferreira Lemos
Thais de Oliveira Carvalho Granado Santos
Heliana Helena de Moura Nunes
Ilma Pastana Ferreira
Xaene Maria Fernandes Duarte Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.38119150225

CAPÍTULO 26 241

SITUAÇÃO HIGIENICO - SANITÁRIA DOS BATEDORES DE AÇAÍ NO BAIRRO QUARENTA HORAS, ANANINDEUA, PARÁ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Letícia Gomes de Oliveira
Leandro Neves Da Silva Costa
Raissa Costa Simão
Layse Rodrigues do Rozario Teixeira Lins
Maria Josilene Castro de Freitas
Caroline Martins da Silva Moia
Rodolfo Marcony Nobre Lira

DOI 10.22533/at.ed.38119150226

CAPÍTULO 27 255

TENDÊNCIA DE MORTALIDADE POR CÂNCER DE PRÓSTATA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL, 1996 – 2014

Karolayne Silva Souza
Flávia Steffany L. Miranda
Milena Roberta Freire da Silva
Grazielle dos Santos Costa
Rafaell Batista Pereira
Kátia C. da Silva Felix

DOI 10.22533/at.ed.38119150227

CAPÍTULO 28 263

ÚLCERA TERMINAL DE KENNEDY: CONHECIMENTOS E IMPLICAÇÕES PARA A ENFERMAGEM

Fernanda Lucia da Silva
Alana Tamar Oliveira de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.38119150228

CAPÍTULO 29	269
VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE ARTICULAÇÃO EM REDE	
<i>Andressa Alves dos Santos</i>	
<i>Vanessa Cavalcante Pereira</i>	
<i>João Helder Fernandes Neto</i>	
<i>Ana Luiza e Vasconcelos Freitas</i>	
<i>Samira Valentim Gama Lira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.38119150229	
CAPÍTULO 30	277
VISÃO, CONHECIMENTO E VULNERABILIDADE DOS ADOLESCENTES FRENTE AO HIV/AIDS: IDENTIFICANDO ESTRATÉGIAS PREVENTIVAS	
<i>Heloane Medeiros do Nascimento</i>	
<i>Amanda Haissa Barros Henriques</i>	
<i>Érica Dionísia de Lacerda</i>	
<i>Hortência Héllen de Azevedo Medeiros</i>	
<i>Marcela Lourene Correia Muniz</i>	
<i>Suzana Santos da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.38119150230	
CAPÍTULO 31	284
VISITA DOMICILIAR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: EXPERIÊNCIAS DE UM CURSO DE FISIOTERAPIA	
<i>Cássia Cristina Braghini</i>	
<i>Josiane Schadeck de Almeida Altemar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.38119150231	
CAPÍTULO 32	288
VITAMINA D: CORRELAÇÃO COM DÉFICITS COGNITIVOS	
<i>Laura Divina Souza Soares</i>	
<i>Brenda Cavalieri Jayme</i>	
<i>Fabiola Barbosa Campos</i>	
<i>Lara Cândida de Sousa Machado</i>	
<i>Maria Gabriela Alves Franco</i>	
<i>Natália Ataíde Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.38119150232	
SOBRE A ORGANIZADORA	292

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE ARTICULAÇÃO EM REDE

Andressa Alves dos Santos

Universidade Federal do Ceará – Ceará

Vanessa Cavalcante Pereira

Universidade de Fortaleza – Ceará

João Helder Fernandes Neto

Universidade de Fortaleza – Ceará

Ana Luiza e Vasconcelos Freitas

Universidade de Fortaleza – Ceará

Samira Valentim Gama Lira

Universidade de Fortaleza – Ceará

RESUMO: A violência é um fenômeno presente nos diversos âmbitos da vida, tratando-se, portanto, de um problema que atinge toda a sociedade. Em relação a violência contra a criança, sabemos que é um fenômeno histórico e social presente na trajetória da humanidade. Desse modo, este trabalho teve como objetivo compreender e analisar as produções científicas que abordem a violência contra a criança e a articulação da Rede de Atenção e Proteção Social a criança vítima de violência. Assim, a presente produção consiste em uma revisão bibliográfica, utilizando-se como banco de dados a Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME). A análise dos dados foi realizada conforme os critérios de inclusão e exclusão adotados, tendo sido selecionadas 13 pesquisas para o estudo. Com isso, os resultados demonstram que os tipos mais comuns de violência

contra crianças são: violência física, sexual, psicológica e a negligência. Enfatizando que esse fenômeno poderá causar dano real ou potencial ao desenvolvimento, contribuindo para potencializar problemas de comportamento, psicológicos e sociais. Além disso, compreendeu-se que inúmeros órgãos competentes estão envolvidos na garantia dos direitos da criança e do adolescente, como Conselhos Tutelares, Delegacia Especializada, Ministério Público, Defensoria Pública, entre outros. Com isso, os dados analisados apontaram que a articulação da rede mostra-se como sendo fundamental para uma efetiva proteção aos direitos básicos da criança. Portanto, para combater um fenômeno tão complexo como a violência, requer que seu enfrentamento se dê através do intercâmbio de ações de atores diversos pertencentes a Rede de Proteção.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Criança. Rede de Proteção.

ABSTRACT: The Violence is a phenomenon that is present in the different areas of life, so it is a problem that affects the whole of society. In relation to violence against the child, we know that it is a historical-social phenomenon present in the trajectory of humanity. In this way, this work aimed to understand and analyse the scientific productions that encloses violence

against the child and the articulation of the network of attention and Social protection the child victim of violence. Thus, this production consists of a bibliographical revision, using as a database The Virtual library in Health (BIREME). The analysis of the data was performed according to the criteria of inclusion and exclusion adopted, having been selected 13 surveys for the study. With this, the results show that the most common types of violence against children are: physical, sexual, psychological violence and negligence. Emphasizing that this phenomenon could cause real or potential damage to the development, contributing to enhance behavioral, psychological and social problems. In addition, it was understood that a number of competent bodies are involved in ensuring the rights of children and adolescents, such as guardianship advice, specialized police station, public prosecutor, public defender, and others. With this, the data analyzed pointed out that the articulation of the network shows itself to be fundamental for effective protection of the child's basic rights. Therefore, to combat a phenomenon as complex as violence, it requires that its confrontation be through the exchange of actions of various actors belonging to the protection network.

KEYWORDS: Violence. Child. Protection network.

1 | INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno presente nos diversos âmbitos da vida, tratando-se, portanto, de um problema que atinge toda a sociedade. Nessa perspectiva, é caracterizada como um grande desafio da contemporaneidade, por ser um fenômeno complexo que degrada a autonomia e a cidadania do sujeito. Além disso, é uma das principais causas de morbimortalidade na população, tornando-se uma das temáticas centrais da saúde pública por sua magnitude e repercussões no comprometimento da saúde e qualidade de vida das pessoas e por apresentar grupos vulneráveis exposto em situação de violência como as crianças, os adolescentes, as mulheres e os idosos.

Em relação a violência contra a criança, sabemos que é um fenômeno histórico e social presente na trajetória da humanidade. Sendo representada como toda ação ou omissão capaz de causar dano ao desenvolvimento do sujeito, podendo ocorrer no âmbito familiar e extrafamiliar e ser manifestado através da violência física, psicológica, sexual e negligência (MINAYO, 2001).

Acresce que, as crianças constituem um grupo que apresenta grande vulnerabilidade e exposição a situações de maus-tratos. Com isso, podemos dizer que a violência contra criança se apresenta como uma grave violação de direitos, por negar-lhes a liberdade, a dignidade, o respeito e a oportunidade de crescer e se desenvolver em condições saudáveis.

Com o intuito de proteger as crianças dessas violações foi criado o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que busca garantir os direitos da população infantojuvenil, preconizando a obrigatoriedade da notificação de violações e enfatizando ações

conjuntas no desenvolvimento da política de atendimento voltada para a infância e adolescência, sendo fortalecido pela implementação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Esse sistema consiste em uma rede intersetorial (Ministério Público, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, Conselho Tutelar, entre outros) encarregados de assegurar a implementação das leis de proteção da criança e do adolescente, colocando-os a salvo de ameaças e violações, assim como garantindo a apuração e a reparação dessas ameaças e violações (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2006).

Assim, a rede que está prevista pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), constitui uma estratégia indispensável na arquitetura do conceito de Proteção Integral. Desse modo, para a garantia dos direitos das crianças seja eficaz, faz-se necessário que se realize um trabalho em rede, de forma conjunta e cooperativa, e em que cada componente tenha suas responsabilidades e atribuições, e que todos trabalhem com um mesmo objetivo (SILVA, 2007).

2 | OBJETIVO

Diante do exposto, o objetivo do artigo foi analisar as produções científicas que abordem a violência contra a criança e a organização da rede de atenção e proteção social a criança vítima de violência.

3 | MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica, onde buscou-se compreender a organização da rede de atenção e proteção social a criança vítima de violência. Utilizou-se como banco de dados a Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME) e como descritores: violência, violência e abuso, infância e adolescência, desenvolvimento infantil, direitos da criança, redes de atenção, rede de proteção, rede de cuidados e saúde da criança.

Os critérios de inclusão foram: produções científicas completas, em português, ano de 2000 a 2015. Os critérios de exclusão foram as demais produções científicas, teses, dissertação, cartas ao editor, editoriais, artigos incompletos que não abordem a articulação da rede em casos de violência contra a criança. Tendo sido selecionadas 13 pesquisas para o estudo.

A análise dos dados foi a partir da coleta de dados, onde analisou-se conforme a literatura os achados das pesquisas, e, além disso, descrevemos os dados para melhor compreensão dos resultados. Ademais, os pesquisadores leram na íntegra todos os artigos disponíveis onde avaliou-se conforme os critérios de inclusão e exclusão.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados para a pesquisa nove (09) artigos científicos, em 2011 foi o ano de maior publicação (04), em seguida o ano de 2015 com duas (02) publicações e então os anos de 2000, 2006, 2012 com apenas uma (01) publicação. Encontramos estudos com publicações nas Regiões Sul (03) e Sudeste (05).

Esses artigos podem ser divididos em dois grandes grupos: os que analisaram a natureza da violência na infância e àqueles que avaliaram o atendimento e a articulação da rede de proteção para a criança vítima de violência. Das pesquisas selecionadas, constataram-se três artigos que abordam os tipos e a natureza da violência sofrida na infância, tratando desse grupo como sendo um dos mais vulneráveis. Além disso, constatou-se também que outros quatro abordam a articulação em rede de proteção a crianças vítimas de violência.

Evidenciou-se que os tipos mais comuns de violência contra crianças são: violência física, sexual, psicológica e a negligência. Identificou-se, ainda, que dois dos três artigos que abordam os tipos e a natureza da violência sofrida enfatizaram que esse fenômeno poderá causar dano real ou potencial ao desenvolvimento, capacidade de sobrevivência, saúde, dignidade e se reproduz a partir de um ciclo, podendo a criança exposta aos maus tratos, repeti-lo em diferentes situações (DAY et al, 2003).

Além disso, encontramos que a violência potencializa o desenvolvimento de problemas de comportamento, psicológicos e sociais, manifestações cada vez mais presentes na vida de milhares de crianças, encontradas nos ambulatórios de psicologia e de psiquiatria, nas salas de aula das escolas e na literatura especializada. Por isso, a complexidade da violência contra a criança na atualidade exige do Poder Público e da Sociedade Civil formas diversificadas e integradas para seu enfrentamento. Para tanto, essa integração depende de uma rede com a atuação de vários setores, serviços e atores.

Para Faleiros e Faleiros (2001), as redes são formadas pela articulação de atores e instituições em ações conjuntas, sendo capazes de compartilhar e negociar as responsabilidades. A definição de rede implica uma visão de totalidade, visão relacional de atores e instituições numa correlação de poder. Assim, supõe-se que as redes são processos dinâmicos, em movimento e conflito a fim de realizar intervenções em conjunto para uma maior eficácia. Ressalta-se que o trabalho em rede depende da efetivação das diretrizes de Políticas Públicas, do fortalecimento e integração entre os diferentes setores da sociedade, de recursos para sua atuação e delineamento de normas que assegurem a operacionalização das redes de proteção.

Através dos quatro trabalhos analisados que abordam a articulação em rede de proteção a crianças vítimas de violência, compreendeu-se que inúmeros órgãos competentes estão envolvidos na garantia dos direitos da criança e do adolescente, como Conselhos Tutelares, Delegacia Especializada, Ministério Público, Defensoria Pública e Juizado da Infância e Juventude, bem como, serviço especializado – Centro

de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Com isso, foi observado nesses estudos o mapeamento das intervenções realizadas pelo Conselho Tutelar, Ministério Público, Juizado da Infância e Adolescência e outras instituições que compõem a rede de atendimento a vítimas de violência.

Portanto, foi observado que o Conselho Tutelar foi o principal órgão procurado no momento da denúncia da violência, havendo o encaminhamento ao Ministério Público, que formalizava as denúncias. Dentre os outros encaminhamentos adotados pelo Conselho Tutelar, se destacam a abrigagem, o tratamento psicológico, a colocação em outra família, o termo de responsabilidade/guarda a outros parentes e hospital, etc.

Em relação aos encaminhamentos dos casos ao Ministério Público, o principal motivo em grande parte dos casos, foi à violência sexual. Outros motivos de encaminhamento identificados foram: situações de negligência, abuso físico e psicológico, abandono, tentativa ou suspeita de violência, exploração sexuais comerciais associadas à questão do abuso sexual.

Além do Conselho Tutelar e do Ministério Público, o Juizado da Infância e da Juventude também foi citado como um dos órgãos competentes que estão envolvidos na garantia dos direitos da criança e do adolescente tendo como principal função julgar as liminares e medidas judiciais promovidas pelo Ministério Público. Observou-se que ao longo da investigação dos casos, o Juizado emitiu medidas que visavam à proteção das vítimas. Dessa maneira, o Juizado da Infância e Juventude atua como julgador dos processos referentes aos interesses das crianças e adolescentes, é o Juiz que aplica as medidas de proteção dispostas no ECA. Com base nisso, o Conselho Tutelar funciona como uma espécie de triagem de casos, que se transformam ou não em processos judiciais. É nesse sentido que o Conselho Tutelar serializa a multiplicidade de problemas sociais e encaminha estes a uma rede de órgãos (LEMOS, 2003).

Ademais, outras instituições também foram citadas na literatura, constituindo a rede de atendimento aos casos. Estas foram abrigos, polícias civil e militar, hospitais e serviços de saúde em geral, serviços de atendimento jurídico, serviços de atendimento psicológico e psiquiátrico, serviço de perícia, escolas, outras promotorias do Ministério Público, outros Juizados, órgãos ou instituições de assistência social e outras comarcas do Juizado da Infância e da Juventude.

Com isso, observou-se a existência de diversas instituições na composição da rede de proteção e apoio social às crianças vítimas de violência. Isto revela a importância que estas instituições ocupam na rede e na comunidade, apesar de as dificuldades que enfrentam para desempenhar suas funções. Pois, constatou-se que apesar de o atendimento ser considerado de boa qualidade pelos profissionais do serviço, em função das ações articuladas da equipe, este não é o ideal, devido às dificuldades e aos entraves vivenciados no cotidiano do Serviço, como a grande demanda, os escassos recursos, a falta de materiais especializados, como testes psicológicos, bibliografias especializadas e, principalmente, a desarticulação da rede de atendimento e proteção da criança.

O Ministério da Saúde (2002) indica que a integração destes, com os serviços de saúde ainda é insuficiente e a pouca interação entre eles se encontra abalada pela percepção que os profissionais de saúde têm das dificuldades apresentadas por estes órgãos no cumprimento de seu papel, quando situações de violência lhes são encaminhadas. Isso faz com que os profissionais fiquem com dúvidas sobre o encaminhamento para esses órgãos (BRASIL, 2002).

Esses estudos também mostraram a desarticulação de órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos no atendimento à criança. O estudo de Habigzang et al. (2006), assim como o de Faraj e Siqueira (2012), apontaram a carência de comunicação entre os órgãos e serviços da rede de atendimento e de proteção da criança e do adolescente, agravados pela falta de investimento do poder executivo no fortalecimento da rede e na criação de políticas e programas voltados para o atendimento à criança. Neste contexto, a literatura ressalta a necessidade do trabalho de conscientização e capacitação dos profissionais que trabalham com a problemática da violência, além de uma maior atenção por parte do Estado.

Nesse contexto, a desarticulação da rede, de fato, é uma fragilidade que requer uma atenção especial. Pois, de acordo com a literatura, a fragilidade das políticas públicas que compõem o sistema pode comprometer o trabalho de todos os integrantes, pois remete à percepção de inefetividade de gestão do espaço público, com falhas para a proteção integral das crianças e inadequações de estruturas da rede. Assim, a fragilidade do espaço público, as políticas que não avançam, acaba por deixar a rede bem fragilizada, com alguns tipos de furos. Acresce que, para que a rede funcione, sua estrutura deve estar adequada desde os materiais e equipamentos básicos, até profissionais especializados, só assim se torna possível um suporte adequado a criança vítima de violência.

Ippolito (2004) destaca que ações isoladas não são suficientes na prevenção da violência, na responsabilização do agressor, no atendimento da criança ou adolescente e sua família, sendo necessária à articulação em rede dos serviços existentes no atendimento a criança e adolescente. Dessa forma, serviços especializados, continuados e articulados devem ser ofertados para crianças, adolescentes e famílias em situação de violência (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

Sendo assim, torna-se de grande importância que haja uma rede integrada e articulada com os diversos setores (saúde, educação, segurança pública, jurídico e assistência social) para que dessa forma seja possível o oferecimento de um atendimento completo, que acolha e ofereça a assistência necessária, além do acompanhamento do caso para que o direito da criança seja garantido.

5 | CONCLUSÃO

Este estudo nos proporcionou uma melhor compreensão da complexidade da

violência contra crianças, sendo assim, reafirmamos que a infância reserva algumas peculiaridades que faz da criança um ser humano diferente do adulto, elas devem ser educadas de um modo que se respeite seus direitos. Assim, a sociedade tem a obrigação de fornecer cuidados especiais para as crianças, para que assim elas possam viver de forma decente.

Deste modo, para que os seus direitos e integridade sejam resguardados, as intervenções são cada vez mais importantes e solicitadas para que sejam realizadas o mais precocemente possível, desde a prevenção até a correção dos atos abusivos. Desse modo, é fundamental que se realize um trabalho em rede, para tanto, não basta ter, montar ou treinar equipes e pessoas, mas, principalmente, faz-se necessário que se realize um trabalho de forma conjunta, em que cada componente da rede trabalhe com um mesmo objetivo. Pois, a desarticulação da rede, de fato, mostrou-se como uma fragilidade que requer uma atenção especial.

Além disso, a articulação da rede mostra-se como sendo fundamental para uma efetiva proteção aos direitos básicos da criança. Além de articular os saberes de diferentes áreas de conhecimento, sendo, portanto, fundamental para combater as dificuldades de entendimento de um fenômeno tão complexo como a violência.

Desse modo, podemos concluir que a complexidade do fenômeno da violência contra criança, dada a suas múltiplas dimensões, requer que seu enfrentamento se dê através do intercâmbio de ações e saberes de atores diversos pertencentes a rede de proteção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes**: um passo a mais na cidadania em saúde. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Resolução nº 113/2006**. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Rio Grande do Sul: Ministério Público, 19 abr. 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias**: referências para a atuação do psicólogo. Brasília: CFP, 2009.

DAY, V. P.; TELLES, L. E. B.; ZORATTO, P. H. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v.25, supl.1, p.9-21, abr. 2003.

FALEIROS, V. P; FALEIROS, Eva T. Silveira. Circuito e curtos-circuitos. **Atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Veras, 2001.

FARAJ, S. P.; SIQUEIRA, A. C. O atendimento e a rede de proteção da criança e do adolescente

vítima de violência sexual na perspectiva dos profissionais do CREAS. **Texto contexto - enferm**, Barbarói, v.24, n.4, p. 67-87, 2012.

HABIGZANG, L. F., AZEVEDO, G. A., KOLLER, S. H., et al. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.19, n.3, p. 379-386, 2006.

IPPOLITO, R. (Coord. técnica). **Guia Escolar**: método para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Presidência da República, Secretaria do Especial dos Direitos Humanos, 2004.

LEMOS, F. C. **Práticas de conselheiros tutelares frente à violência doméstica**: proteção e controle. 2003. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/97704>>.

MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: Questão social, questão de saúde. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infantil**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 91-102, maio/ago, 2001.

SILVA. E.; MOTTI, A. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Uma Década de Direitos**: Avaliando Resultando e Projetando o Futuro. Campo Grande: UFMS, 2007.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-138-1

